

## Análises de evolução dos temas ‘neutralidade da rede’ e ‘proteção de dados’ no Fórum de Governança da Internet: de 2013 a 2018<sup>1</sup>

Jaqueline Trevisan Pigatto<sup>2</sup>

Recibido: 14 de abril de 2020 / Aceptado: 13 de julio de 2020 [Open peer reviews](#)

**Resumen.** Este artigo mostra a evolução dos temas de proteção de dados e neutralidade da rede a partir das reuniões do Fórum de Governança da Internet (IGF), tanto no entendimento de conceitos quanto nas práticas exercidas, evidenciando a importância das discussões multistakeholder. Para tanto, foram selecionados temas das principais problemáticas discutidas durante a década de 2010 e que envolvem de modo significativo a dinâmica entre setores governamental e privado. Destacamos as gigantes de tecnologia Google e Facebook, por seus papéis centrais em coleta e processamento de dados pessoais em nível global, assim como suas influências no tema da neutralidade da rede, isto é, que o conteúdo transmitido ao usuário seja o mesmo para todos que acessam seus serviços, sem qualquer tipo de discriminação. As análises de discurso começam pelo ano de 2013 quando se deu o caso Snowden, e o tema da privacidade se torna então prioritário nas discussões relativas à Internet, passando por um momento de protagonismo da neutralidade da rede em 2015 e 2016, mas com retorno à proteção de dados pessoais em 2018, ano em que é revelado o caso da consultoria Cambridge Analytica, trazendo também uma retomada do papel estatal no ciberespaço. Conclui-se que embora o Fórum de Governança da Internet não tome decisões com algum poder de enforcement sobre as plataformas, ele gera discussões e evoluções de conceitos que moldam ações regulatórias, em sua maioria priorizando flexibilidade graças à participação de diversos setores na discussão, ou seja, o caráter multistakeholder se revela eficiente, ainda que ora exista uma preponderância privada (2013), ora governamental (2018).

**Palabras clave:** discursos; Facebook; Google; multistakeholder; regulação.

## [en] Analyses of the evolution of the themes ‘net neutrality’ and ‘data protection’ at the Internet Governance Forum: from 2013 until 2018

**Abstract.** This article presents the evolution of the themes data protection and net neutrality from the meetings of the Internet Governance Forum (IGF), both in the understanding of concepts and in the practices exercised, highlighting the importance of multistakeholder discussions. To this end, the topics that were selected are two of the main issues discussed during the decade of 2010 and which significantly involve the dynamics between government and private sectors. We highlight the technology giants Google and Facebook, for their central roles in collecting and processing personal data on a global level, as well as their influences on the net neutrality theme, that is, that the content transmitted to the user is the same for everyone who access their services without any discrimination. Discourse analysis begins in 2013 when the Snowden case occurred, and the topic of privacy becomes a priority in discussions related to the Internet, when the net neutrality in 2015 and 2016 was a central issue, but with a return to protection of personal data in 2018, the year in which the case of the Cambridge Analytica consultancy is revealed, also bringing a resumption of the state’s role in cyberspace. It is concluded that although the Internet Governance Forum does not make decisions with some enforcement power over platforms, it generates discussions and evolution of concepts that shape regulatory actions, mostly prioritizing flexibility thanks to the participation of several sectors in the discussion, which means, the multistakeholder model proves to be efficient, even though there is sometimes a private preponderance (2013), sometimes a governmental one (2018).

**Keywords:** Facebook; Google; multistakeholder; regulation; speeches.

**Sumario.** 1. Introdução. 2. Métodos de Análise. 3. Proteção de dados. 4. Neutralidade da rede. 5 Considerações finais. 6. Referências.

**Cómo citar:** Trevisan Pigatto, J. (2020). Análises de evolução dos temas ‘neutralidade da rede’ e ‘proteção de dados’ no Fórum de Governança da Internet: de 2013 a 2018. *Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, 17(2), 149-158.

<sup>1</sup> Este artigo é parte de dissertação de mestrado financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

<sup>2</sup> Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ (UNESP) (Brasil).

E-mail: [jaqueline.t.pigatto@unesp.br](mailto:jaqueline.t.pigatto@unesp.br)

## 1. Introdução

A governança global da Internet tem se organizado, em questões de políticas públicas, anualmente no Fórum de Governança da Internet (IGF), criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, no intuito de reunir todos os atores interessados em uma arena global para debates e trocas de conhecimentos sobre os mais diversos temas que perpassam as vidas *offline* e *online*, em um cenário onde não é mais possível desvincular os efeitos dos mundos real e virtual. O Fórum, assim, não toma decisões vinculantes, o que se tornou alvo de críticas com o passar dos anos.

Este artigo busca demonstrar a evolução de como se tratam alguns temas a partir das reuniões do IGF, evidenciando, portanto, a utilidade das discussões propostas. Para tanto, foram selecionados os temas de proteção de dados e neutralidade da rede, dois dos principais temas discutidos durante a década de 2010 e que envolvem de modo significativo a dinâmica entre setores governamental e privado. Destacamos as gigantes de tecnologia Google e Facebook, por seus papéis centrais em coleta e processamento de dados pessoais em nível global, assim como suas influências no tema da neutralidade da rede, isto é, que o conteúdo transmitido ao usuário seja o mesmo para todos que acessam seus serviços, sem qualquer tipo de discriminação. Aqui é forte a polêmica do *zero-rating*, onde existe uma preponderância comercial ao priorizar pacotes de dados em que o acesso à determinadas plataformas é gratuito ao consumidor. É importante ressaltar também que embora falamos de governança global, o foco deste estudo recai sobre o Ocidente.

Embora o ecossistema da governança global da Internet seja composto por muitas outras organizações e espaços de discussão, optou-se por analisar o IGF pela sua primazia em debater políticas públicas para a camada socioeconômica, ou seja, os problemas de proteção de dados e neutralidade da rede aparecem constantemente nesse Fórum, onde há presença tanto de atores governamentais quanto do setor privado, além de uma forte presença da sociedade civil.

As análises compreendem seis anos do Fórum, começando pelo ano de 2013 quando se deu o caso Snowden, que expôs o funcionamento da vigilância massiva estadunidense a partir dos dados coletados de empresas como as próprias Facebook e Google. O tema da privacidade se torna então prioritário nas discussões relativas à Internet, passando por um momento de protagonismo da neutralidade da rede em 2015 e 2016, mas com retorno à proteção de dados pessoais em 2018, ano em que é revelado o caso da consultoria Cambridge Analytica, onde dados do Facebook foram indevidamente utilizados para campanhas políticas.

Conclui-se que embora o IGF não tome decisões com algum poder de *enforcement* sobre as plataformas, ele gera discussões e evoluções de conceitos que moldam ações regulatórias, em sua maioria priorizando flexibilidade graças à participação de diversos setores na discussão, ou seja, o caráter multistakeholder (ou multissetorial) se revela eficiente e essencial para atingir algum equilíbrio na governança da Internet. Além disso, o

Fórum mostra a percepção de respostas das plataformas frente aos problemas e desafios impostos pelos Estados, evidenciando que a governança evolui mais por ações privadas (neste estudo, evidenciado pelo período 2013-2017) do que por ações estatais (aqui representado pelo ano de 2018).

## 2. Métodos de análise

Faz-se, então, uma análise dos discursos produzidos pelas empresas Google e Facebook dentro do recorte temporal entre 2013 e 2018, a partir de transcrições literais disponibilizadas no próprio site do IGF das falas de representantes dessas empresas nas sessões do evento. Dentre as centenas de sessões anuais, optou-se por analisar aquelas com temas relacionados a proteção de dados e a neutralidade da rede, onde há ao menos um representante de uma das duas empresas compondo o painel. Além desses *workshops*, aqui também chamados de painéis, inserimos análises de outras sessões como as Coalizões Dinâmicas, ainda que não houvesse alguma das empresas presentes, mas que debateram os temas aqui trabalhados em específico e com bastante profundidade. É o caso, por exemplo, da Coalizão Dinâmica sobre Neutralidade da Rede.

Para as análises, contabilizou-se todas as sessões disponíveis no site do IGF, não se restringindo apenas aos *workshops*. A lista de participantes de cada ano também se encontra disponível, o que nos mostra quantos representantes cada empresa levou ao Fórum. O Facebook teve maior participação no IGF de 2015 e menor nas edições de 2013 e 2018. Já o Google mantém um número de representantes mais consistente ao longo dos anos, tendo sua menor participação em 2018 com 10 representantes presentes.

A coleta desses materiais primários possibilitou análises manuais e com auxílio de software de indexação de texto integral, para identificar as sessões acerca de proteção de dados e neutralidade da rede, com participação de Google e Facebook. É importante ressaltar que como nem todas as transcrições seguem um padrão, há possibilidade de algumas falas de representantes das empresas não terem sido contabilizadas, já que em alguns documentos o nome da pessoa que fala não está explícito.

## 3. Proteção de dados

Após as revelações de Edward Snowden em junho de 2013, o IGF ao final daquele ano foi marcado por preocupações na busca de algum equilíbrio entre segurança/vigilância e os Direitos Humanos à privacidade e à liberdade de expressão. Tais direitos deveriam ser, teoricamente, protegidos pelos próprios governos, mas a situação pareceu ser a contrária, já que diversas empresas se apresentaram como também 'vítimas' da Agência de Segurança Nacional (NSA) e realizaram discursos em favor a maior proteção à privacidade de seus usuários. Já nessa edição de 2013, o IGF via debates sobre a validade do Fórum e a necessidade de se produzir documen-

tos políticos com resultados vinculantes, algo ainda em pauta em 2018. A defesa do setor privado pode ser resumida a partir da ideia de que embora não se aceitassem requisições genéricas de acesso, as empresas estavam sujeitas ao Estado de direito (Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017).

Propostas foram apresentadas nessa edição de 2013 com foco na proteção de direitos civis *online*, como o Marco Civil da Internet brasileiro e o chamado ‘Modelo Sueco’, um conjunto de ideias que apresenta o conceito de necessário e proporcional, referente às atividades de vigilância das comunicações. O Fórum apontou dentre as questões emergentes, 1) o princípio de Internet aberta ou neutralidade da rede e; 2) regulamentação *versus* autorregulação da Internet, tópicos que cinco anos mais tarde ainda estariam buscando soluções, o segundo em maior medida que o primeiro.

Em uma sessão chamada “Direitos Humanos, Liberdade de Expressão e Livre Fluxo de Informação na Internet”, o representante do Google Ross Lajeunesse afirmou que a empresa estava ciente de como o caso Snowden afetou a confiança que os usuários tem com os serviços ofertados pela empresa, mas que ele se orgulha da publicação dos relatórios de transparência da plataforma, divulgando ao usuário quais pedidos estão sendo feitos de dados pelos governos (Google, 2020b). De fato, a empresa publica esse relatório desde 2010, ou seja, antes das revelações de Snowden. Lajeunesse confirma, também, que houve negociação da empresa com o governo norteamericano para a divulgação desses números:

We spent almost two years secretly negotiating with the U.S. Government, for example, to allow us to reveal the numbers of national security letter requests that we get at a time when we weren’t even legally allowed to talk about that. We were, nevertheless, doing that behind the scenes because we thought it was important (United Nations, 2014, p. 387).

Seguindo sua fala, o Google demonstrou satisfação ao afirmar que outras empresas seguiram essa prática de publicar relatórios de transparência e revela que “we sued the U.S. Government, along with some other companies, to try and force them to allow us to even talk about this in the way that we want to” (United Nations, 2014, p. 387).

Em outra sessão chamada “Assuntos Emergentes: Vigilância na Internet”, o mesmo representante do Google afirmou que a empresa não fornece acesso direto à qualquer governo aos dados contidos nos servidores ou qualquer infraestrutura da empresa. Ele detalhou como os pedidos por dados de usuários são processados:

We also don’t accept large, blanket like government requests for user data. We are subject to the law, so when we receive a government request for user data, we look at each and every one of them very carefully. We have a team of lawyers at Google whose sole purpose is to do exactly that. They ensure that the request is valid, is legal, follows due process, and is as limited in scope as possible. And very often, we

push back, and we sometimes refuse to comply. And you can see this if you go to our transparency report online... (United Nations, 2014, pp. 435-436).

Em uma sessão sobre cibersegurança e regulação estatal, um representante do Google argumentou em favor da autorregulação, devido a lentidão dos processos burocráticos estatais:

[...] the rule making process in the states, which is somewhat faster than the regulatory processes, is not what you would call truly fast. Rule making lasts a number of years. They get tied up in litigation. It could be four or five or six years before a rule is finally settled. What we see in standards setting context is a world that evolves much more quickly and more importantly what we see in the context of cyber security attacks is attackers that are much, much, much more nimble (Internet Governance Forum, 2013c).

Em uma outra sessão de 2013 onde as duas empresas também estiveram compondo o painel, foi debatido a questão de armazenamento dos dados dos usuários e os pedidos governamentais, especialmente o caso da Indonésia, onde o Fórum estava ocorrendo. A representante do Facebook explicou:

So that's an issue that's playing out in Indonesia but also globally. I know one of the suggestions that the Indonesian government is considering is around having data localized within Indonesia precisely for the economic reasons that you stipulated. I think there are a number of challenges for that. Firstly, companies like Facebook, Google, others, don't segment data on a national basis. So we don't have a data center for Swedish citizens. We don't have a data center for UK citizens. The data is intermingled and not based on national jurisdictions. So in looking at passing legislation like that it creates a real challenge because the technology is not yet there to where we could say here is our Indonesian data center for everyone in this data territory (Internet Governance Forum, 2013b).

No IGF de 2014, em uma sessão chamada “*Mobile*, confiança e privacidade”, a fala do Google se destacou por mostrar mudanças antes e depois do caso Snowden, assim como por apontar a necessidade de maior educação digital por parte dos usuários finais, algo que não depende exclusivamente do setor privado, ainda que eles estejam tomando novas medidas:

I think pre-Snowden a lot of the approach, the example of Gmail, has always been about giving the end user the opportunity to be able to choose to either encrypt their mail or not encrypt it. Post-Snowden revelations we took that away and made sure once you're sending an email it's encrypted. On the one hand is the fact that end users, consumers, whatever you want to call them, are not necessarily as aware as they should be about the extent to which the information can be accessed. So a lot of work we have done and we have ramped up is making sure that our end

users are a lot more aware. The point around making the privacy — the terms and conditions, the terms of service a lot more clear and simplistic such that is a regular end user can understand it, it's also something we're taking on board and we're putting in a way that we can have simplified conditions in place (Internet Governance Forum, 2014d).

A educação do usuário final foi tida como algo chave para o uso do *mobile*, algo que vem em crescimento especialmente em países em desenvolvimento:

[...] their core concern is about being able to use it for economic reasons. Top of their list is not necessarily privacy, instinctively, so how can we best put that in place? And that role cannot always be played by industry but sometimes by Civil Society. So I think we need be able to find that balance as well to address that (Internet Governance Forum, 2014d).

Na visão do Google, a transparência é uma ferramenta para auxiliar uma melhor regulação da Internet, criando uma ponte entre o governo e a sociedade, para que esta veja como as leis se aplicam e como afetam os provedores (Internet Governance Forum, 2014c). É raro encontrar um painel proposto por essas plataformas ou por qualquer empresa, com os proponentes dos *workshops* sendo principalmente membros da sociedade civil, acadêmicos e organizações internacionais. Uma exceção notável foi o painel “Privacidade, vigilância e nuvem: um ano depois”, proposto pelo Google e contando com um representante do Facebook como participante, ainda em 2014, o que se mostra como um claro reflexo das divulgações de vigilância global de Snowden. Tendo na disseminação do uso de criptografia o avanço mais relevante exposto nessa sessão, as discussões também falaram sobre a necessidade de governos não buscarem uma localização de dados (reter os dados de suas populações em seus territórios), mas sim se concentrarem em mecanismos transnacionais de processos multijurisdicionais. O setor privado também enfatizou a tendência para divulgação dos relatórios de transparência, ao mesmo tempo em que pediram por maior transparência por parte dos governos.

Foi também em 2014 que aconteceu o primeiro painel da Coalizão Dinâmica sobre Responsabilidade das Plataformas, onde a principal ideia é chegar a um conceito do que seria ‘responsabilidade das plataformas’, para além das obrigações legais e com maior atenção ao papel social desses atores:

[...] we coined this concept of platform responsibility, trying to focus on something more than the legal requirements that the legal system has with regard to online platforms and their behavior. We want to focus on the social role that this platform has, and in particular the expectation that people have that the platforms are adopting procedures that comply with human rights (Internet Governance Forum, 2014b).

A sessão esclareceu a importância dos termos de serviço das plataformas e como as grandes empresas

americanas ‘exportaram’ seu modelo livre de regulações mundo afora:

So because of the importance of terms of service today, and given that essentially it is what companies do, they are based in a country, usually we are talking about Internet companies that would be based in the U.S. and they do a wholesale exportation around the world of the policy that they apply in their own jurisdiction. It is particularly important to ensure that those terms of service contain the minimum safeguards that allow us to have continuous responsibility to protect and respect human rights expected in all jurisdictions (Internet Governance Forum, 2014b).

A edição que ocorreu em novembro de 2015 manteve as mesmas preocupações no tema de proteção de dados, com destaque para o Google, destacando a ferramenta de autenticação de dois fatores lançada pela empresa. Ao responder uma questão sobre se a regulação anti-truste seria uma saída em favor da proteção de dados, Vint Cerf, um dos criadores do protocolo TCP/IP e representante do Google, tirou o protagonismo e a responsabilidade das grandes empresas:

[...] the problems that you are concerned about are not purely a consequence of big companies. These problems occur through — across the in tear tire spectrum of entities that are on the Internet. So the concern is not just about big companies, but it is about everyone who might have access to or might generate information that needs to be kept private (Internet Governance Forum, 2015c).

Já em 2016, o Google também esteve presente em um painel sobre cidades inteligentes e *big data*, um dos ramos de investimento da Alphabet (A Alphabet é a holding criada pelo Google em 2015, que absorveu diversas subsidiárias compradas pela empresa, inclusive o próprio serviço de buscador online). O representante da empresa Max Senges ressaltou a importância do IGF para identificar, junto a outros *stakeholders*, as demandas e os assuntos emergentes que podem ser resolvidos por trabalhos conjuntos. Um exemplo é o caso de uso de dados, que a empresa coloca como anonimizados, para criar inovações e soluções, em conjunto com pesquisadores e sociedade civil.

Ao ser questionado sobre a velocidade em que as inovações ocorrem e a lentidão para formulação e aplicação de leis, Senges se posicionou a favor da autorregulação e defendeu a implementação de leis em casos onde a inovação não foi bem sucedida, ou onde trouxe mais problemas para a sociedade:

Ideally, we do not need to regulate. Ideally, we would instill these values into the people that produce it and we need to understand it's between architecture, law, the market and public opinion. So if public opinion and architecture already has strong values we do not need to come in with laws and regulations so maybe it's good that laws and regulations are a bit slower. If that really doesn't work, then we can come up with

laws and regulations (Internet Governance Forum, 2016).

No IGF de 2017, uma professora universitária chamou a atenção para a importância que as plataformas como o Facebook estão ganhando, concentrando a maior parte dos fluxos de informação da Internet, fenômeno que ela chamou de ‘the platformization of the web’. A acadêmica também cita a questão de que ter contas nessas plataformas permite o acesso facilitado em diversos outros sites, havendo então um amplo compartilhamento de informações pessoais:

Think, for example, about how Facebook and Google have become identity-providers. And, for example, you need to have one account, you know, with these companies in order to access many other services like, for example, public wi-fi networks (Internet Governance Forum, 2017b).

Sua fala continua por questionar o modelo *multistakeholder* e afirma que, diante desse cenário, as plataformas estão ocupando um papel dominante no mercado de dados. Além disso, embora essas plataformas estejam ali representadas no IGF, nem sempre essa presença se relaciona com as decisões tomadas:

I believe we have a major, major challenge ahead of us that we really should think about. Many of these companies luckily are here with us. But we also know that people that might not be here with us might be actually the ones who actually — actually, in the end, create the infrastructure or set the rules for their enjoyment (Internet Governance Forum, 2017b).

Também nesse ano, a Coalizão sobre Responsabilidade de Plataformas lançou um relatório que, além de refletir ideias trocadas neste grupo *multistakeholder* entre 2015 e 2017, traz também recomendações para as plataformas acerca de seus termos de serviço. Embora na página dessa Coalizão no site do IGF (DCPR, 2020) estejam listados dentre os membros, um representante do Google e um do Facebook, nenhum deles consta na autoria do relatório (Belli & Zingales, 2017). A justificativa para tal documento está de acordo com o que se espera de um mecanismo de governança global, já que o próprio relatório coloca que, como as leis nacionais nem sempre implementam adequadamente os Direitos Humanos acordados internacionalmente, é necessário definir padrões mínimos e desenvolver melhores práticas voluntárias em nível internacional, garantindo assim a proteção dos Direitos Humanos pelas corporações transnacionais.

O documento apresenta então práticas e recomendações às plataformas, especialmente acerca da proteção de dados pessoais de seus usuários, que respeitem os Direitos Humanos, dentre as quais destacam-se: as empresas deveriam fazer um comprometimento com o respeito aos Direitos Humanos; adotar um processo de devida diligência para identificar, prevenir, mitigar e explicar como eles abordam seus impactos sobre os Direitos Humanos, assim como ter processos que possam remediar seus impactos adversos. Com relação especifi-

ca à proteção de dados, as plataformas deveriam limitar a coleta de informações pessoais para o que for apenas estritamente necessário para atingir o propósito específico de determinado serviço, assim como deveriam obter consentimento do usuário antes de rastreá-lo, tanto dentro quanto fora da plataforma (por exemplo, por *plugins* e sites de terceiros). Mesmo tendo o consentimento do usuário, a plataforma deve sempre fornecer uma ferramenta de *opt-out*, caso o usuário mude de ideia. Há também a recomendação de que as plataformas permitam a exclusão de conta de usuário de maneira permanente e que providencie medidas eficazes contra a violação de Direitos Humanos internacionalmente reconhecidos. Assim, o relatório recomenda que as plataformas deem total acesso do usuário aos seus dados, não só possuídos pela plataforma como também os dados possuídos por terceiros, assim como a justificativa de uso dos mesmos (Belli & Zingales, 2017).

A participação do Google e do Facebook no IGF 2018 continuou em promover as ações tomadas pelas empresas com relação a proteção de dados, mas também falando sobre abordagens que estão sendo tomadas frente a novas ferramentas como Inteligência Artificial (IA). Representantes do Google destacaram em mais de um *workshop* os princípios da empresa para IA (Google, 2020a), mas que também estão sendo aplicados em outros usos que os serviços fazem dos dados pessoais dos usuários, como dar a oportunidade de notificação e consentimento, incentivar arquiteturas com salvaguardas de privacidade e fornecer transparência e controle apropriados sobre o uso de dados. Eles deram ênfase nos princípios que determinam em quais usos eles não apoiam a aplicação da IA, como armas letais e vigilância massiva.

Já o Facebook procurou destacar nesse ano sua participação no “Cybersecurity Tech Accord”, um acordo para proteção do ambiente virtual contra ciberataques que reúne diversas empresas, no intuito de empoderar usuários para aumento de proteção contra ataques, de não auxiliar governos a realizar ciberataques contra empresas e/ou cidadãos e de realizar parcerias entre empresas. O Google não é signatário desse acordo (Tech Accord, 2018).

Um representante do Facebook enfatizou a importância de ações sendo tomadas no âmbito *multistakeholder*, inclusive acerca do papel do setor privado:

We had an emphasis on multilateralism being important within the G7 as well as beyond. We had the importance of the private sector taking responsibility for its role and the collaboration that is needed with other stakeholders. We had the emphasis on the life cycle of a product. We talk about security by design, and that is certainly something that I think is and should be enshrined in a lot of these norms that we are seeking to develop and implement (Internet Governance Forum, 2018).

A interferência em processos eleitorais foi mencionada ao se referir a ciberataques, assim como o documento Chamado de Paris para Confiança e Segurança no Ciberespaço, anunciado pelo presidente francês Emma-

nuel Macron na abertura do IGF 2018. Este ano se destacou pela presença de autoridades governamentais de alto nível, algo até então inédito no IGF. Além do presidente francês Emmanuel Macron (a França sediou o evento), o Secretário Geral da ONU Antonio Guterres também discursou na abertura do Fórum, ambos advogando por um papel mais relevante para o Estado, propondo então uma governança multilateral, onde haveria preponderância de governos sobre o setor privado e a sociedade civil. Tais discursos se alinham às ações regulatórias da União Europeia que começam a ser aplicadas em 2018, como sua Regulação Geral de Proteção de Dados (GDPR), que multou inclusive as gigantes americanas (Fox, 2019).

#### 4. Neutralidade da rede

O IGF 2013 inaugurou a Coalizão Dinâmica sobre Neutralidade da Rede, onde o painel foi composto por vários acadêmicos e alguns reguladores e especialistas técnicos. Embora não houvesse nenhum representante de uma das duas plataformas, as discussões foram bastante pertinentes, a começar pelo fato de que a Coalizão partiu de uma iniciativa do Conselho da Europa, em uma deliberação de princípios de Direitos Humanos para proteger a neutralidade.

Esse painel aconteceu quando outros países também já estavam discutindo a formulação de alguma regulação sobre neutralidade da rede. A posição defendida pelos representantes da área técnica foi, como dita por um deles, realista, já que foi favorável a cobrança diferenciada pelos usos da rede que demandam maior banda (Internet Governance Forum, 2013a).

Um ponto que foi consensual na sessão foi sobre “neutralidade da rede” ter significados diferentes para pessoas e governos diversos. Outro ponto em que muitos ali concordaram trata da gestão de tráfego ser necessária para propósitos técnicos de manutenção da rede, a exemplo de bloqueio de *spam*, ataques de serviço ou vírus. Porém, foi lembrado também que para implementar um bloqueio maligno, é necessária uma inspeção do pacote de dados, ou *Deep Packet Inspection* (DPI), o que permite aos ISPs examinarem as informações que estão sendo transmitidas, podendo se tornar uma violação de privacidade.

Junto a esse debate, foi levantada a questão de quem deve ser o responsável por realizar o controle de não-discriminação ou gestão de tráfego, o que cria uma demanda para conciliar legislações de proteção de dados e neutralidade da rede. Um acadêmico opinou dizendo que governos tem um papel fundamental nessa discussão, especialmente em proteger direitos e, assim, deveria ser o primeiro a envolver outros *stakeholders* para se ter um processo eficiente.

A nona edição do IGF em 2014 destacou a questão da neutralidade da rede, pela primeira vez sendo tema de uma *main session*, organizada em resposta ao convite feito pelo NETMundial (Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017). No encontro da Coalizão Dinâmica para esse tema, o Google estava representado por Vint Cerf, que expôs um panorama dos Estados Unidos em exem-

plos de medidas anti-competitivas entre os provedores de conexão. Ainda que o Google tenha se posicionado publicamente a favor da neutralidade, para Cerf esse conceito é flexível, já que não significa que todos os pacotes devem ser tratados exatamente da mesma maneira, mas sim que existem alguns serviços que precisam de baixa latência:

[...] first of all, it does not mean that every packet has to be treated exactly the same way. It's understood that there are some services that need low latency. There were other services that need high capacity. The point is that if the service requires one of those features, any service should have equal opportunity to get access to that kind of service as opposed to the provider of broadband services picking and choosing which of the suppliers of service will get that extra capacity or get that low latency. So, once again, it's very important that we have equal opportunity to get access to these services. Finally, there was an argument that some people made that Network Neutrality meant that you couldn't charge for more usage. That's also not my position, anyway. If you use more of the capacity, it's understandable that you might actually have to pay more (Internet Governance Forum, 2014a).

Foi mencionada por um dos painelistas uma forte declaração do então presidente da Telefônica, se opondo a neutralidade da rede e questionando a defesa do princípio por parte de Google e Facebook, já que essas plataformas não são neutras. Esse debate é o que poderíamos chamar de ‘neutralidade de aplicações’, que envolve o funcionamento dos algoritmos e personalização desses serviços digitais presentes mundialmente. Inclusive em 2014 o Conselho Digital Francês publicou relatório sobre o tema (Bénétreau, 2014).

Foi exposta também a controvérsia da inovação: se por um lado os ISPs argumentam que precisam de maior liberdade para investir e inovar, o que significa a não neutralidade, por outro os provedores de conteúdo como Google e Facebook e, especialmente pequenas empresas e startups, argumentam que sem a neutralidade não será possível que eles inovem em aplicações. Para além dessas inovações, Vint Cerf chamou a atenção para uma questão do futuro próximo, que é a conciliação entre a neutralidade da rede e a Internet das Coisas:

[...] Internet of Things is coming. And they're not people. They are machines. And so they don't need the World Wide Web and they don't need to put up videos of cats or anything else. All they need to do is communicate with each other. And as long as we keep the Internet architecture as open as possible, then new kinds of protocols can be invented to sit on top of the Internet Protocol layer, which is itself extraordinarily neutral (Internet Governance Forum, 2014a).

O IGF 2015 contou com uma forte participação de Facebook e Google em inúmeros painéis. Um dos principais temas do ano foi a inclusão digital, tema cujo Fa-

cebook está diretamente relacionado através do seu projeto Free Basics, onde algumas aplicações da Internet são oferecidas gratuitamente, o que levanta uma série de controvérsias sobre o possível ferimento à neutralidade da rede, por se tratar de *zero-rating*. Na sessão “Melhores Práticas do IGF e como elas ajudam a Conectar o Próximo Bilhão”, Kevin Martin do Facebook explicou que sua empresa reconhece três grupos em termos de pessoas ainda não conectadas à Internet: 1) aos que faltam acesso à infraestrutura; 2) os que não possuem condições de pagar pelo acesso e; 3) pessoas que vivem em locais onde há conexão, mas não estão cientes do valor e da relevância de se ter acesso à Internet.

Martin prosseguiu explanando que o projeto Free Basics é voltado para pessoas do terceiro grupo, onde os serviços fornecidos pelo aplicativo são referentes à notícias, educação, empregos, saúde e conteúdo local. O representante também esclareceu que os ISPs não são pagos pelo Facebook nem pelos outros provedores de conteúdo, assim o programa não é exclusivo nem discriminatório. Em uma outra sessão sobre direitos na Internet, o mesmo representante do Facebook disse que a plataforma Free Basics vinha se modificando a partir de críticas recebidas, inclusive na questão da privacidade:

I just want to point out that when we want to get to better policies about Internet access, I do believe also that Facebook has, this year in particular, has made substantial changes to the program by hearing most of their critics. This year, Free Basics became a platform so any developer who posts the technical guidelines can be on Free Basics. Now the connection between the client and the end website is fully encrypted, which enhances security and of course privacy. And the program is open to any operator. And it's not exclusive for a nonoperator (Internet Governance Forum, 2015b).

O Facebook declarou sua posição favorável à neutralidade da rede, mas com ressalvas quanto ao caso do Free Basics. Para a empresa, manter uma Internet livre e aberta é essencial para a inovação e o crescimento da indústria. Os governos devem proibir os provedores de bloquear, restringir ou construir vias rápidas para privilegiar determinados produtos em detrimento de outros. Os provedores de acesso não devem impor barreiras entre as pessoas e o conteúdo e serviços que desejam acessar. Ao introduzir nova legislação relevante para a indústria da Internet, os governos também devem ser cautelosos para evitar a inibição da inovação. Acordos comerciais inovadores que promovem a conectividade e o desenvolvimento econômico, como o *zero-rating*, dão a mais pessoas mais conteúdo e são essenciais para expandir o acesso. Ao aumentar a demanda local por conteúdo da Internet, tais acordos levam a mercados mais competitivos com conteúdo mais diversificado.

A Coalizão Dinâmica sobre Neutralidade da Rede se reuniu em 2015 pela terceira vez para apresentar alguns resultados de seu trabalho e, mais uma vez, expor diferentes perspectivas sobre o significado desse termo. Um dos resultados apresentados foi sobre a falta de conhecimento por parte da população sobre o que é neutrali-

dade da rede. Uma investigação feita no Reino Unido mostrou que os consumidores, de maneira geral, não se importavam com a neutralidade pois não sabiam do que se tratava. Uma vez que lhes era explicado, muitos se desesperaram e começaram a atacar empresas de telecomunicações.

Porém, outro ponto levantado foi sobre a necessidade de se ter uma legislação que permita certa flexibilidade. Afinal, alguns bloqueios são benéficos ao mercado, enquanto outros podem ferir gravemente a Internet, como exemplificou Vint Cerf (Google) ao comentar sobre prioridade de tráfego: “An example of that latter case being for example, voice-over IP where it is understood that low latency is an element of that” (Internet Governance Forum, 2015a).

Assim, a Coalizão trabalhou em uma série de sugestões políticas que serviriam como base para reguladores de diferentes países, o que foi aceito pelo Conselho da Europa e pelo Parlamento Europeu. Entretanto, houve o questionamento sobre considerar esses resultados como resultados oficiais do IGF, já que o Fórum não produz políticas deliberativas. Como colocou Luca Belli:

[...] the problem is that we cannot consider this as an official IGF outcome, an official IGF recommendation for one simple reason. There is no official process within the IGF that allows us to do this. So, it is what emerged from the 2014 Chair report on the IGF saying that the value of the Dynamic Coalition work was recognized but it needed, and I quote, a validation mechanism, to be considered as an IGF outcome (Internet Governance Forum, 2015a).

A definição alcançada sobre neutralidade da rede foi a seguinte: “We will define Net Neutrality as the principle according to Internet traffic is treated without unreasonable discrimination, restriction or interference regardless of send or receiving and content” (Internet Governance Forum, 2015a). Para tanto, foi estabelecido um papel essencial a reguladores independentes, para a monitoração do tráfego, assim como um papel de supervisor do próprio usuário da Internet, afim de determinar se está ocorrendo alguma discriminação prejudicial ao consumidor:

So, there will be an active role of independent regulators and this is why this is a core element of Net Neutrality and we decided to include it because monitoring of practices is essential and dependent testing is essential and we further add a point, last point, that all individual as well as have the possibility of contribution to the detection, reporting and correction of violations (Internet Governance Forum, 2015a).

Sobre o *zero-rating*, foi trazido um ponto interessante quanto ao uso dessa nomenclatura, que poderia ser utilizada apenas para serviços comerciais e não para serviços de emergência ou serviços públicos, que em teoria deveriam ser livres de cobrança de dados para a população (Internet Governance Forum, 2015a).

A Coalizão Dinâmica sobre neutralidade da rede lançou seu relatório de 2016 com foco no tema do *ze-*

*ro-rating*. Porém, os estudos em sua maioria debatem o papel estatal e trazem comparações regulatórias de diferentes países (Belli, 2016). Apesar da ausência das transnacionais na autoria do relatório, elas não deixam de ser relevantes nos estudos apresentados: o nome “Facebook” aparece 242 vezes no relatório, enquanto “Google” é mencionado 124 vezes.

Já em 2017, essa mesma Coalizão apresentou seu principal ‘resultado’, aqui chamado *outcome*, do ano: um mapa *online* acerca do uso do *zero-rating* em diferentes países, assim como mostrando os padrões de neutralidade da rede em cada um deles. Um regulador europeu explicou como está sendo utilizada na região uma configuração de neutralidade bastante flexível, onde o uso de *zero-rating* é analisado caso a caso:

So, basically it means that every offer from a European operator has to be analyzed by the competent authorities. So, sometimes we will say this offer is an infringement to Net Neutrality. Sometimes we will say, this offer is okay. And, this judgment will depend of the actual effect of the offer on the fundamental right that consumers have [...] (Internet Governance Forum, 2017a).

O mesmo regulador acrescentou que não está pretendendo que o modelo europeu seja exportado, pois entende que diferentes países e regiões apresentam contextos diversos: “The development of the data market, especially mobile is very different. So, different context can lead to different situation”. Além disso, foi divulgado um *website* onde residentes europeus podem expor condições de possíveis violações da neutralidade, passando assim parte do poder fiscalizador para a população.

O trabalho de pesquisa do *zerorating.info* apresentou resultados preliminares divulgados nessa sessão, que indicam a neutralidade da rede muito mais difundida em países que não possuem regulação específica a esse respeito. E dentro dos casos de *zero-rating*, a grande maioria dos aplicativos disponibilizados gratuitamente são do grupo Facebook. O acadêmico Luca Belli, que expôs alguns desses resultados, também indicou a dificuldade existente em saber que tipo de acordo se dá entre os operadores e os aplicativos para se ter *zero-rating*.

O tema da neutralidade da rede foi pouco discutido no IGF 2018 em comparação aos anos anteriores. No entanto, novos debates surgiram a exemplo da flexibilidade da neutralidade frente ao uso da tecnologia 5G, onde alguns serviços poderiam ser priorizados. E ainda que Google e Facebook sejam frequentemente mencionados nessas sessões, nenhuma das empresas compôs os painéis referentes a essa temática. A Coalizão Dinâmica teve seu encontro focado em ferramentas para medição de violação da neutralidade, especialmente da perspectiva europeia.

## 5. Considerações finais

As análises destacam, frente a predominância que se tinha no início do recorte temporal das grandes plataformas, uma liderança governamental europeia no

novo modelo que se instala para a governança da Internet. Hoje observa-se a globalização e a influências de normas europeias como a GDPR e a flexibilidade para com a neutralidade da rede. Como foi exposto, o caráter *multistakeholder* se aplica de modo bem sucedido nos debates promovidos por workshops e outras sessões, especialmente quando o tema está relacionado com Direitos Humanos. No entanto, ocorre uma diminuição de grau quando passa para tomada de decisões, ganhando contornos mais regulatórios através de ações privadas (autorregulação) e/ou estatais (imposição de leis e medidas coercitivas).

A mudança de discurso do próprio CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, evidencia essa transformação na governança: no dia 13 de março de 2014, ainda durante os desdobramentos do caso Snowden, Zuckerberg postou em sua rede social:

The internet works because most people and companies do the same. We work together to create this secure environment and make our shared space even better for the world. This is why I've been so confused and frustrated by the repeated reports of the behavior of the US government. When our engineers work tirelessly to improve security, we imagine we're protecting you against criminals, not our own government. The US government should be the champion for the internet, not a threat. They need to be much more transparent about what they're doing, or otherwise people will believe the worst. [...] So it's up to us — all of us — to build the internet we want. Together, we can build a space that is greater and a more important part of the world than anything we have today, but is also safe and secure. I'm committed to seeing this happen, and you can count on Facebook to do our part (Zuckerberg, 2014).

Já em março de 2019, um ano após o caso da Cambridge Analytica ser revelado, Zuckerberg escreveu em sua página no Facebook:

I believe we need a more active role for governments and regulators. By updating the rules for the Internet, we can preserve what's best about it — the freedom for people to express themselves and for entrepreneurs to build new things — while also protecting society from broader harms. [...] effective privacy and data protection needs a globally harmonized framework. People around the world have called for comprehensive privacy regulation in line with the European Union's General Data Protection Regulation, and I agree. I believe it would be good for the Internet if more countries adopted regulation such as GDPR as a common framework (Zuckerberg, 2019).

A mudança de discursos também ocorre por parte do setor governamental e de organizações internacionais, a exemplo do discurso de abertura do IGF 2018 onde o presidente Macron não utilizou o termo ‘*multistakeholder*’ mas sim falou de um ‘novo multilateralismo’, assim como o secretário geral da ONU, Antonio Guterres, argumentou em favor do multilateralismo na apresentação do relatório de cooperação digital da organização



em 2019. Mas como destaca Kleinwächter (2019): “The ‘sharing of decision making’, as proposed by the WSIS definition of Internet Governance 15 years ago, is more the exception than the rule in Internet policymaking. Which government likes to share its power?”

Isso não significa necessariamente que o modelo multistakeholder está enfraquecido, mas sim apenas se adaptando constantemente às transformações do próprio sistema internacional, junto aos problemas e desafios trazidos pelas inovações tecnológicas. O aumento de propostas de workshops no IGF e a constante presença em maior número da sociedade civil comprovam que o modelo multistakeholder permanece forte e um dos principais desafios que surge nesse momento, onde encontros bilaterais podem preponderar frente as sessões abertas e multissetoriais, é a manutenção da transparência.

O Brasil é um caso notável em se tratando de aplicação de normas e leis para a Internet em caráter multistakeholder. O Marco Civil foi elaborado, antes mesmo do caso Snowden, através de uma plataforma digital onde inúmeras contribuições da sociedade civil foram recebidas. Além disso, uma das bases para essa lei, além dos princípios já existentes do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), foi o trabalho da Coalizão Dinâmica do IGF chamada “Direitos e Princípios da Internet” (IRPC, 2020). Ou seja, o Marco Civil da Internet é um caso de elaboração multistakeholder inspirado em resultados do IGF, concretizando assim o intuito do Fórum de criar diálogos e conhecimentos suficientes para implementação de ações em outros espaços, nesse caso, no Estado brasileiro.

O temor de uma fragmentação total da Internet foi uma das bases do IGF 2019, sediado em Berlim, cujo

tema foi “Um mundo, uma Internet, uma visão”. Seguindo o modelo iniciado em 2018 na França, a edição de 2019 também contou com discursos do Secretário-Geral da ONU, António Guterres, e da chanceler alemã Angela Merkel. A chefe de governo enfatizou o multilateralismo, seguindo a linha colocada por Emmanuel Macron no ano anterior, além de reforçar a necessidade do envolvimento de outros *stakeholders*, especialmente a sociedade civil e o setor privado. Segundo Merkel, a Internet não pode ser moldada apenas por Estados. Ela também fez uma conceitualização a respeito da “soberania digital”, geralmente identificada com isolamento e censura (o termo é bastante utilizado por representantes chineses para se referirem ao modo com a China governa a Internet em seu território). Na visão da chanceler, soberania digital diz respeito a cada indivíduo e a sociedade como um todo determinarem, por si mesmos, como será o desenvolvimento da Internet, ou seja, ela relaciona soberania com autonomia (Merkel, 2019).

Portanto, entende-se a estratégia posta pela União Europeia a partir de 2018 como uma nova abordagem multistakeholder, para se diferenciar da abordagem estadunidense na qual predomina o favorecimento à sua grande indústria (neste artigo representada por Google e Facebook). Os governos europeus ainda querem manter a Internet próxima de seus princípios originais, porém regulando-a para que eles sejam mantidos, não sendo assim “sequestrados” por outros atores (como as plataformas digitais). O caso Snowden forneceu um respaldo para a autorregulação no período que se seguiu imediatamente após 2013, porém em 2018 a União Europeia consolidou sua influência que vinha de anos enfrentando o modelo estadunidense, criando assim um embate ocidental para novos mecanismos de governança da Internet.

## 6. Referências

- Belli, L. (2016). Net Neutrality reloaded: Zero Rating, specialised service, ad blocking and traffic management. Annual report of the UN IGF Dynamic Coalition on Net Neutrality. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17532>.
- Belli, L. & Zingales, N. (2017). Platform regulations: how platforms are regulated and how they regulate us. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/19402>.
- Bénétreau, A. (2014). French Digital Council publishes report on platform neutrality. EDRI. Recuperado de <https://edri.org/french-digital-council-publishes-report-platform-neutrality/>.
- Comitê Gestor da Internet no Brasil (2017). Fórum de Governança da Internet: relatórios dos dez primeiros anos do IGF. São Paulo. Recuperado de [https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernoCGIbr\\_Forum\\_de\\_Governanca\\_da\\_Internet.pdf](https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernoCGIbr_Forum_de_Governanca_da_Internet.pdf).
- DCPR (2020). Dynamic Coalition on Platform Responsibility. Int. Gov. Forum. Recuperado de <https://www.intgovforum.org/multilingual/content/dynamic-coalition-on-platform-responsibility-dcpr>.
- Fox, C. (2019, 21 January). Google hit with £44m GDPR fine over ads. BBC. Recuperado de <https://bbc.in/2K3bU9Z>.
- Google (2020a). Artificial Intelligence at Google: Our Principles. AI, Google. Recuperado de <https://ai.google/principles/>.
- Google (2020b). Transparency Report. Recuperado de [https://transparencyreport.google.com/?hl=pt\\_BR](https://transparencyreport.google.com/?hl=pt_BR).
- Internet Governance Forum (2015a). Dynamic Coalition on Net Neutrality. Recuperado de <http://www.intgovforum.org/cms/187-igf-2015/transcripts-igf-2015/2825-2015-11-10-0Adynamic-coalition-on-net-neutrality-workshop-room-9>.
- Internet Governance Forum (2015b). Workshop 126 – Can Internet rights and Access goals be Reconciled? Recuperado de <http://www.intgovforum.org/cms/187-igf-2015/transcripts-igf-2015/2858-2015-11-10-ws-0A126-can-internet-rights-and-access-goals-be-reconciled-workshop-room-1>.
- Internet Governance Forum (2015c). Workshop 65 – The Benefits and Challenges of the “Free Flow” of Data. Recuperado de <http://www.intgovforum.org/cms/187-igf-2015/transcripts-igf-2015/2926-2015-11-12-ws-65-0Athe-benefits-and-challenges-of-the-free-flow-of-data-workshop-room-5-finished>.

- Internet Governance Forum (2016). Workshop 187 – Smart Cities and Big Data: Boundless Opportunities? Recuperado de <https://www.intgovforum.org/multilingual/content/igf-2016-day-3-room-10-ws187-smart-cities-and-big-data-boundless-opportunities>.
- Internet Governance Forum (2017a). Dynamic Coalition on Net Neutrality. Recuperado de <https://www.intgovforum.org/multilingual/content/igf-2017-day-2-room-xxiv-dc-on-net-neutrality>.
- Internet Governance Forum (2017b). Plenary–Local Interventions, Global Impacts: How Can International Multistakeholder Cooperation Address Internet Disruptions, Encryption and Data Flows. Recuperado de <https://www.intgovforum.org/multilingual/content/igf-2017-day-1-room-xvii-plenary-local-interventions-global-impacts-how-can-international>.
- Internet Governance Forum (2018). BPF Cybersecurity. Recuperado de <https://www.intgovforum.org/multilingual/content/igf-2018-day-3-salle-xii-bpf-cybersecurity>.
- Internet Governance Forum (2013a). Dynamic Coalition on Network Neutrality. Recuperado de <https://www.intgovforum.org/cms/categoryblog/121-preparatory-process-42721/1475-dynamic-coalition-on-network-neutrality>.
- Internet Governance Forum (2013b). Workshop 309 e 345 – Norms and Values in Digital Media: shaping global framework. Recuperado de <http://www.intgovforum.org/cms/categoryblog/121-preparatory-process-42721/1496-ws-345-%0Aand-workshop-309-norms-and-values-in-digital-media-shaping-global-framework>.
- Internet Governance Forum (2013c). Workshop 90 – No Cyber Security Without Government Imposed Regulation. Recuperado de <https://www.intgovforum.org/cms/categoryblog/121-preparatory-process-42721/1413-ws-90-%0A-no-cyber-security-without-government-imposed-regulation>.
- Internet Governance Forum (2014a). Dynamic Coalition on Network Neutrality. Recuperado de <http://www.intgovforum.org/cms/174-igf-2014/transcripts/1923-2014-09-02-dynamic-%0Acoalition-on-network-neutrality-room7>.
- Internet Governance Forum (2014b). Dynamic Coalition on Platform Responsibility. Recuperado de <http://www.intgovforum.org/cms/174-igf-2014/%0Atranscripts/2098-2014-09-04-dynamic-coalition-on-platform-responsibility-room-10>.
- Internet Governance Forum (2014c). Workshop 188 – Transparency Reporting as a Tool for Internet Governance. Recuperado de <http://www.intgovforum.org/cms/174-igf-2014/transcripts/1945-2014-09-03-ws188-%0Atransparency-reporting-as-a-tool-for-internet-governance-room-4>.
- Internet Governance Forum (2014d). Workshop 2 – Mobile, Trust and Privacy. Recuperado de <http://www.intgovforum.org/cms/174-igf-2014/transcripts/1976-2014-09-04-ws2-mobile-%0Atrust-and-privacy-room-5>.
- IRPC (2020). Dynamic Coalition on Internet Rights and Principles. Internet Governance Forum. Recuperado de <https://www.intgovforum.org/multilingual/content/dynamic-coalition-on-internet-rights-and-principles-irpc>.
- Kleinwächter, W. (13 junio, 2019). The UN Panel on Digital Cooperation: An Agenda for the 2020s. [Mensaje en un blog]. Recuperado de [http://www.circleid.com/posts/20190613\\_the\\_un\\_panel\\_on\\_digital\\_cooperation/](http://www.circleid.com/posts/20190613_the_un_panel_on_digital_cooperation/).
- Lemos, R., Mateus, P. A., Sunfeld, P. (14 mayo, 2018). Proteção de dados na Administração Pública. [Mensaje en un blog]. Recuperado de [https://www.jota.info/paywall?redirect\\_to=//www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/dados-administracao-publica-14052018](https://www.jota.info/paywall?redirect_to=//www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/dados-administracao-publica-14052018).
- Merkel, A. (2019). Youtube: Discurso na Cerimônia de Abertura do IGF: Berlim. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=INJNg9oTEB8>.
- O'Brien, C. & Carswell, S. (2019, abril 1). Senior politicians to meet Facebook founder Mark Zuckerberg. Irish Times. Recuperado de <https://www.irishtimes.com/business/technology/senior-politicians-to-meet-facebook-founder-mark-zuckerberg-1.3845628>.
- Tech Accord (2018). Cybersecurity Tech Accord. Recuperado de <https://cybertechaccord.org/accord/>.
- United Nations (2014). IGF 2013: 'Building Bridges–Enhancing Multistakeholder Cooperation for Growth and Sustainable Development'. United Nations publication. Recuperado de <https://www.intgovforum.org/cms/documents/publications/208-igf-2013-building-bridgesenhancing-multistakeholder-cooperation-for-growth-and-sustainable-development>.
- Zuckerberg, M. (2014). Facebook: As the world becomes more complex and governments everywhere struggle, trust in the internet is more important today than ever. Recuperado de [https://www.facebook.com/zuck/posts/10101301165605491?stream\\_ref=1](https://www.facebook.com/zuck/posts/10101301165605491?stream_ref=1).
- Zuckerberg, M. (2019). Facebook: I've spent most of the past two years focusing on issues like harmful content, elections integrity and privacy. Recuperado de <https://www.facebook.com/zuck/posts/10107013839885441>.